

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

2005



Relatório de Conselho de Administração

Contrariamente às expectativas formuladas há cerca de um ano, Portugal viveu, em 2005, um quadro macroeconómico menos favorável com o Produto Interno Bruto a subir uns escassos 0,3%, o deficit comercial a agravar-se e a taxa de desemprego a ultrapassar os 7,5%. O comportamento destes indicadores não propiciou uma melhoria do estado de confiança dos consumidores e empresários de forma a se verificar uma inversão do ciclo que a economia portuguesa tem vindo a viver nos últimos anos.

No quadro abaixo evidencia-se o comportamento de alguns indicadores macroeconómicos registados na economia portuguesa nos anos 2004 e 2005. O ano de 2004 encontra-se influenciado por um factor pontual, como foi o Campeonato Europeu de Futebol (Euro 2004), motor do crescimento registado.

(%)	2004	2005
PIB	1,1	0,3
Procura Interna	2,2	0,7
Exportações	4,5	0,9
Importações	6,8	1,8

Fonte: INE

O ano de 2006 deverá ser de contenção não sendo previsível uma aceleração da economia rumo à média europeia. Na verdade, 2006 estará também condicionado por uma tendência de crescimento das taxas de juro que poderá levar a uma retracção ao consumo, nomeadamente de bens duradouros.

Com a crescente globalização dos mercados, a combinação da competitividade do preço final versus qualidade é determinante para o sucesso e aumento da penetração dos produtos no mercado externo, pelo que o factor produtividade será o elemento crucial para o crescimento da economia portuguesa.

MERCADO NACIONAL

O Grupo Salvador Caetano encontra-se, essencialmente, voltado para o sector automóvel, pelo que se torna fundamental uma referência ao seu comportamento em 2005. Após se ter verificado um ténue crescimento em 2004 assistiu-se, em 2005, a uma quase estagnação do mesmo.

A Toyota, marca que o Grupo Salvador Caetano representa, viu a sua quota de mercado passar de 5,1% para 5,6%. O aumento registado na venda de viaturas TOYOTA ficou a dever-se, essencialmente, à grande aceitação do modelo Corolla a diesel e aos lançamentos do modelo Aygo e nova geração Yaris.

Fazemos agora uma breve referência a cada uma das empresas operacionais do Grupo Salvador Caetano com sede no mercado nacional:

SALVADOR CAETANO I.M.V.T., S. A.

O projecto desenvolvido em parceria com a Toyota Motor Corporacion consubstanciado na transferência da produção do modelo Toyota Dyna do Japão para Portugal, que teve início em 2003, demonstrou em 2005 um excelente desempenho. As unidades Dyna produzidas na unidade fabril de Ovar, com destino à exportação, aumentaram 36% face a 2004 e é convicção da empresa que este crescimento venha a acentuar-se num futuro próximo contando, para isso, com a continuada cooperação da Toyota Motor Corporacion na ampliação do projecto em curso.

Na unidade fabril do Carregado, é prática constante a melhoria dos métodos de trabalho, assim como uma política de investimentos no sentido de dotar a empresa de tecnologia de ponta na área da pintura auto e pintura industrial. Uma nova linha de produção de pintura auto estará em funcionamento já a partir do 2º trimestre de 2006 com produção assegurada para projectos da Ford, Volkswagen e BMW.

No final de 2005 foram lançados o novo modelo Toyota - Aygo e a nova geração Yaris, prevendo-se que venham a ter reflexos positivos na captação de novos clientes para a marca.

Em Janeiro de 2006 o lançamento do modelo Lexus – IS 220d , primeiro modelo da Lexus a diesel, irá permitir uma maior penetração da marca no mercado.

Na perspectiva de dar uma visão global da evolução do negócio, foram eleitos alguns indicadores que serão comuns a todas as empresas do Grupo, na unidade monetária Euro.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	332.487.677	363.451.350	9,31%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	20.594.568	18.300.817	-11,14%
E.B.I.T.	11.468.830	12.184.041	6,24%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	7.393.776	9.250.427	25,11%

CAETANOBUS – FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.

Através de uma parceria estabelecida entre o Grupo Salvador Caetano e a EVOBUS foi criada, em 2001, a CaetanoBus cuja actividade se encontra exclusivamente dedicada à fabricação de carroçarias para autocarros.

Em 2005 assistiu-se a uma evolução favorável das vendas que, no entanto, não teve repercussão nos resultados obtidos. Esta situação ficou a dever-se a custos de reestruturação de cerca de 1,5 milhões de euros que condicionaram fortemente os resultados alcançados.

Para 2006 as expectativas apontam para a manutenção dos níveis de produção alcançados em 2005.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	43.078.228	46.384.766	7,68%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	1.587.981	1.650.165	3,92%
E.B.I.T.	446.276	-23.121	-105,18%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	32.108	-485.542	-1612,23%

SALVADOR CAETANO – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.

A Salvador Caetano Comércio de Automóveis é responsável pela totalidade do negócio de retalho automóvel no Grupo, das marcas nipónicas que representa (Toyota e Lexus). Este negócio é suportado pela própria empresa e por uma sua participada, Autopartner Comércio de Automóveis, criada em finais de 2004. Nesta data, e também em parceria com o Grupo Fernando Simão, foi criada a Autopartner II – Reparadora de Colisão Automóvel, com o objectivo de obter sinergias operacionais.

Em 2005, com a forte aderência do mercado ao novo Corolla a diesel e a introdução do modelo Aygo, a empresa viu o seu volume de negócios aumentar 5%, num quadro de quase estagnação do mercado automóvel em Portugal. A sua participada, Autopartner Comércio de Automóveis, neste primeiro ano de actividade, registou vendas de 11,7 milhões de euros gerando um resultado de 163 mil euros. Relativamente à Autopartner II – Reparadora de Colisão Automóvel, com perdas de 286 mil euros, o seu volume de negócios situou-se em 1,3 milhões de euros.

Operacionalmente verificou-se um melhor desempenho que se traduziu num EBITDA de 4,8 milhões de euros, 2% das vendas, que compara com 1% de 2004. Em termos de resultados antes de impostos, 2005 fica muito aquém de 2004, uma vez que o ano transacto se encontra

influenciado por resultados extraordinários derivados da realização de uma mais valia da alienação de imobilizado não operacional no montante de 7,8 milhões de euros.

Para 2006 a Salvador Caetano Comércio de Automóveis tem expectativas positivas quanto à evolução do negócio.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	248.772.058	261.925.994	5,29%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	2.506.382	4.847.102	93,39%
E.B.I.T.	5.178.664	967.234	-81,32%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	5.254.936	1.115.492	-78,77%

SALVADOR CAETANO – ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.

Empresa do sector *rent-a-car*, cuja frota de viaturas e máquinas de movimentação de carga se encontra, essencialmente, ligada à marca TOYOTA.

Para a diminuição do volume de negócios registado em 2005, contribuiu a forte redução da sua frota (-26%), fruto de estratégia definida pelo Importador iniciada em 2004, no que respeita à atribuição de viaturas para actividade de frotas.

Não sendo de prever alterações significativas no volume de negócios, espera-se para 2006 uma manutenção do nível dos resultados.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	7.008.971	6.040.697	-13,81%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	5.889.452	4.644.097	-21,15%
E.B.I.T.	1.511.950	958.701	-36,59%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	379.802	171.036	-54,97%

I.P.E. – INDÚSTRIA PRODUTORA DE ESPUMAS, S.A.

A IPE, empresa cuja principal actividade está ligada à produção de espumas e componentes para o ramo automóvel, encontra-se fortemente dependente de outras empresas do Grupo Salvador Caetano, nomeadamente da CAETANOBUS e da Salvador Caetano IMVT.

O crescimento significativo na área fabril de carroçarias para autocarros do Grupo, um dos principais destinos da produção da empresa, proporcionaram a evolução favorável registada ao nível das vendas, contudo não tendo sido o suficiente para a cobertura dos custos.

Tendo em conta que se mantêm em desenvolvimento projectos de exportação para clientes exteriores ao Grupo Salvador Caetano, a empresa está confiante de que no decorrer do exercício de 2006 será possível evidenciar melhorias de rentabilidade significativas.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	5.132.057	7.719.808	50,42%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	-191.813	1.511	100,79%
E.B.I.T.	-535.535	-275.575	48,54%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-660.590	-326.492	50,58%

PORTIANGA – COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S.A.

Com a sua actividade exclusivamente centrada nas empresas que detêm em África, nomeadamente em Angola e Cabo Verde, a PORTIANGA reflecte crescimento do volume de negócios, acompanhado pelos resultados, fruto da evolução favorável que as empresas com sede naqueles países têm evidenciado.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	9.358.303	10.009.500	6,96%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	373.354	589.001	57,76%
E.B.I.T.	389.434	607.339	55,95%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	174.633	367.668	110,54%

MERCADO EUROPEU

No mercado europeu o Grupo Salvador Caetano está directamente relacionado com a actividade de produção, venda e assistência de autocarros. Nesta actividade, onde o turismo é factor crítico no crescimento da procura, alcançou-se um melhor desempenho ao longo de 2005 com especial relevo para o continuado sucesso do Cobus - autocarros para plataformas aeroportuárias, produzidos pela Caetanobus.

SALVADOR CAETANO ESPANHA, S.A.

A Salvador Caetano Espanha encontra-se localizada em Madrid, e tem a sua área de actividade centrada na venda e assistência de autocarros.

A redução do volume de negócios em 2005 face a 2004, prende-se com o facto da empresa estar condicionada a um único tipo de autocarro. Não obstante esta diminuição, verificou-se uma evolução favorável dos resultados. Para esta situação contribuiu de forma significativa o forte empenhamento na redução de custos, a política de gestão restritiva de stocks de viaturas novas e usadas e um aumento significativo da produtividade das oficinas.

Para 2006 a empresa tem objectivos mais ambiciosos do que aqueles que traçou para o ano em análise, já que dispõe de uma carteira de encomendas que lhe permite perspectivar a recuperação do volume de facturação.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	2.592.500	2.394.880	-7,62%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	69.311	122.169	76,26%
E.B.I.T.	26.314	66.045	150,99%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	29.206	68.890	135,87%

SALVADOR CAETANO UK, LTD.

Empresa responsável, em Inglaterra pela comercialização de autocarros produzidos na CAETANOBUS, cobrindo a zona centro em assistência de após venda.

Ao longo de 2005 a empresa desenvolveu um forte plano de reestruturação, que culminou com a concretização de um aumento de capital de 13,5 milhões de libras (equivalente a 20 milhões de euros), de forma a atingir o ponto crítico já no próximo ano.

Em 2006 a empresa espera dinamizar as suas vendas de autocarros através da comercialização de um novo modelo desenvolvido pela Caetanobus, com especificidades relevantes para este mercado.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	18.451.075	13.890.476	-24,72%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	-18.757	-395.378	-2007,91%
E.B.I.T.	-495.862	-610.371	-23,09%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-1.038.597	-1.284.444	-23,67%

Taxa de Câmbio 1€ = 0,682 GBP

SALVADOR CAETANO COACHBUILDERS, LTD.

Empresa participada a 100% pela Salvador Caetano UK, situada em Waterlooville – Inglaterra, tem a sua actividade centrada num importante centro de assistência a autocarros.

A criação de uma unidade de desenvolvimento de novos projectos na área de carroçarias para autocarros (adaptação de veículos para deficientes, autocarros de 2 pisos, etc.), é algo que a empresa perspectiva com muito sucesso. Após a concretização de um plano de reestruturação ao longo de 2004, em 2005, esta área de negócio já propiciou a obtenção de resultados operacionais positivos, pelo que em 2006 é sua intenção continuar nesta actividade.

Em 2005 a Salvador Caetano UK procedeu a um aumento de capital em Salvador Caetano Coachbuilders no montante de 9 milhões de libras (cerca de 13 milhões de euros). Este teve por objectivo equilibrar os Capitais Próprios da empresa estabilizando-a do ponto de vista financeiro com a redução do endividamento bancário, criando, assim, condições para que em 2006 seja possível obter resultados positivos.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	5.428.586	5.979.087	10,14%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	-690.202	239.769	134,74%
E.B.I.T.	-1.787.928	318.303	117,80%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-2.214.592	-217.899	90,16%

Taxa de Câmbio 1€ = 0,682 GBP

RELIANT COACHES, LTD.

Empresa totalmente detida pela Salvador Caetano UK para operar na área de aluguer de autocarros.

Consequência de uma melhor gestão operacional os resultados da actividade são superiores aos alcançados em 2004, apesar de se ter assistido a uma diminuição do volume de negócios.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	1.386.542	1.109.984	-19,95%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	2.507	108.158	4214,16%
E.B.I.T.	-290.648	-47.239	83,75%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-335.542	-93.009	72,28%

Taxa de Câmbio 1€ = 0,682 GBP

CONTRAC, GMBH

O Grupo Salvador Caetano, detém uma participação de 33% na empresa Contrac, cuja sede se situa na Alemanha, e tem como objecto social a comercialização para todo o mundo dos autocarros para plataformas de aeroporto – COBUS.

Com um volume de negócios de 77 milhões de Euros e resultados antes de impostos de 2,75 milhões de Euros, a empresa recuperou dos níveis atingidos no passado recente, retomando a sua actividade normal no mercado para plataformas de aeroportos e *midi bus*.

Sendo expectável a continuação de crescimento de tráfego aéreo, a Contrac, em 2006, ambiciona um incremento de actividade com reflexos directos nos resultados.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	62.977.662	77.374.933	22,86%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	1.932.636	3.452.616	78,65%
E.B.I.T.	1.812.401	3.263.780	80,08%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	1.299.517	2.749.574	111,58%

MERCADO AFRICANO

O Grupo Salvador Caetano encontra-se presente em Cabo Verde, Angola, Moçambique e Guiné. Cabo Verde e Angola são países que começam a evidenciar sintomas de estabilidade política, o que tem reflexos positivos no crescimento da economia, nomeadamente ao nível do investimento estrangeiro.

CABO VERDE MOTORS, S.A.

Responsável pela comercialização do produto TOYOTA em Cabo Verde (serviço de vendas e após venda) a Cabo Verde Motors, no decorrer de 2005, manteve a liderança de vendas tendo atingido um novo máximo de 352 unidades.

O crescimento registado na actividade está associado à boa imagem que a empresa detém no mercado permitindo a angariação de novos clientes, nomeadamente empresas estrangeiras que se instalaram em Cabo Verde.

Atendendo à evolução recente da empresa e da economia cabo verdiana, muito dependente do investimento público, é estimado um crescimento moderado para 2006.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	7.884.995	8.985.853	13,96%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	520.039	1.004.628	93,18%
E.B.I.T.	236.413	582.214	146,27%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	198.226	541.708	173,28%

Taxa de Câmbio 1€ = 109,89 CVE

FORCABO – VEICULOS AUTOMOVEIS, Lda.

A Forcabo está localizada na cidade da Praia - Cabo Verde e é responsável pela comercialização dos produtos da marca FORD. A assistência da marca é assegurada pela Cabo Verde Motors.

De realçar a crescente implementação da marca Ford em Cabo Verde, não obstante a empresa se debater com dificuldades em cumprir com a carteira de encomendas, uma vez que a capacidade de produção da marca se tem mostrado inferior às necessidades.

Para 2006 a Empresa prevê um ténue crescimento do volume de negócios, devido às restrições de entrega da marca que representa.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	2.794.870	2.667.759	-4,55%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	271.148	293.393	8,20%
E.B.I.T.	235.895	241.970	2,58%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	225.196	231.894	2,97%

Taxa de Câmbio 1€ = 109,89 CVE

ROBERT HUDSON, LTD.

Com sede em Luanda - Angola, esta empresa desenvolve a sua actividade na comercialização de veículos da marca FORD.

O quadro político-militar estável que se tem verificado em Angola foi factor determinante para a favorável evolução da economia naquele país. A Robert Hudson, soube aproveitar este ambiente incrementando a sua actividade com reflexos directos nos resultados.

Em 2006 a empresa ambiciona o alargamento da sua área de actuação para outras cidades do país, bem como abarcar a actividade de pesados Iveco, onde se espera um forte crescimento por força da reconstrução das vias rodoviárias.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	11.415.096	14.404.863	26,19%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	1.209.836	2.037.880	68,44%
E.B.I.T.	882.669	1.762.203	99,64%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	399.452	815.770	104,22%

Taxa de Câmbio 1€ = 1,235 USD

SALVADOR CAETANO MOÇAMBIQUE, S.A.R.L.

Em Moçambique, o Grupo Salvador Caetano detém uma participação maioritária na empresa Salvador Caetano Moçambique, cujo objecto social é a construção, comercialização e reparação de carroçarias para autocarros. Em 2005 a Empresa manteve-se sem actividade aguardando uma decisão de descontinuidade ou não de operações.

	2004	2005	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	146.832	5.557	-96,22%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	-106.084	-36.316	65,77%
E.B.I.T.	-43.385	-191.459	-341,30%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-38.519	-191.629	-397,49%

Taxa de Câmbio 1€ = 28.571MZM

ACTIVIDADE FINANCEIRA

Tendo-se mantido inalterado o perímetro de consolidação do Grupo Salvador Caetano o crescimento de 6,3% do volume de negócios evidencia uma assinalável evolução favorável das diversas áreas de negócio, o qual se cifrou em 533 milhões de euros.

Os resultados operacionais consolidados ascenderam, em 2005, a 13,7 milhões de euros representando uma subida de 56% face a 2004. Neste agregado está considerado um acréscimo de encargos com o pessoal, proveniente de gratificações aos colaboradores, no montante de 1,9 milhões de euros. Em 2004, o valor desta rubrica foi de 735 mil euros.

Os resultados antes de impostos no montante de 7,9 milhões de euros estão ao nível dos atingidos em 2004, não obstante o melhor desempenho operacional registado no corrente ano. Este facto fica a dever-se à existência de uma mais valia de 7,8 milhões de euros em 2004, relativa à alienação de um imóvel não afecto à exploração.

O endividamento global do Grupo no montante de 142 milhões de euros, que traduz uma redução de 32 milhões de euros face a 2004, provocou, desde logo, uma redução dos encargos financeiros, assim como uma melhoria do Grau de Autonomia Financeira que passou de 32% em 2004 para 34% em 2005.

CONCLUSÕES

Com os índices de confiança a iniciarem uma evolução positiva nos últimos meses de 2005, ainda que ténue, as expectativas traduzidas pelas empresas do Grupo são de continuação de crescimento sustentado para 2006, sendo de prever uma evolução global positiva nas diferentes áreas de negócio do GSC.

Num quadro macroeconómico que se tem mostrado pouco favorável à inversão do ciclo de crescimento do mercado automóvel, o comportamento do preço do petróleo poderá ser um factor de forte influência no arranque do sector rumo aos índices europeus.

É profunda convicção do Grupo Salvador Caetano que a total satisfação das necessidades dos seus clientes é o factor determinante para o reconhecimento, por parte do mercado, das diversas áreas de actuação do Grupo.

Vila Nova de Gaia, 17 de Março de 2006

O Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Presidente
José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
Tetsuo Agata
Yoshimasa Ishii
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Ana Maria Martins Caetano

SALVADOR CAETANO - I.M.V.T., S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	IAS/IFRS 31-12-2005	IAS/IFRS 31-12-2004	POC 31-12-2004
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Diferenças de consolidação		-	-	1.584.000
Imobilizações incorpóreas	8	1.139.077	1.201.212	1.379.627
Imobilizações corpóreas	9	132.589.690	136.498.490	137.849.888
Propriedades de investimento	10	931.790	919.107	919.107
Investimentos em empresas associadas	11	2.691.701	2.479.739	2.479.739
Investimentos disponíveis para venda	11	12.774.764	7.222.327	7.222.327
Outras dívidas de terceiros	14	1.111.072	1.111.072	2.348.411
Activos por impostos diferidos	16	3.890.455	3.359.947	2.938.961
Clientes	13	217.051	442.270	442.270
Total de activos não correntes		<u>155.345.600</u>	<u>153.234.164</u>	<u>157.164.330</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	12	110.683.519	126.771.272	126.771.272
Clientes	13	71.821.002	70.946.757	76.990.466
Outras dívidas de terceiros	14	7.440.593	3.053.912	1.816.573
Outros activos correntes	15	3.072.462	4.353.103	4.673.809
Investimentos detidos até à maturidade	11	-	651.736	651.736
Caixa e equivalentes a caixa	17	16.333.258	18.380.359	18.380.359
Total de activos correntes		<u>209.350.834</u>	<u>224.157.139</u>	<u>229.284.215</u>
Total do activo		<u>364.696.434</u>	<u>377.391.303</u>	<u>386.448.545</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	18	35.000.000	35.000.000	35.000.000
Reserva legal		6.208.803	5.921.603	5.921.603
Reservas de reavaliação		6.187.307	6.187.307	6.187.307
Reservas de conversão		(331.840)	56.089	-
Reservas de justo valor		4.013.129	-	-
Outras reservas		64.815.853	63.648.521	66.824.872
Resultado consolidado líquido do exercício		4.771.339	5.008.326	5.397.398
		<u>120.664.591</u>	<u>115.821.846</u>	<u>119.331.180</u>
Interesses minoritários	19	3.238.297	3.599.541	3.804.815
Total do capital próprio		<u>123.902.888</u>	<u>119.421.387</u>	<u>123.135.995</u>
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos bancários de longo prazo	20	30.706.403	35.411.032	35.493.532
Empréstimos obrigacionistas	20	3.750.000	7.500.000	7.500.000
Responsabilidades por pensões	25	4.664.998	1.750.425	-
Outros passivos de médio e longo prazo		29.997	30.377	-
Passivos por impostos diferidos	16	4.199.957	2.901.465	2.901.465
Total de passivos não correntes		<u>43.351.355</u>	<u>47.593.299</u>	<u>45.894.997</u>
PASSIVO CORRENTE:				
Empréstimos bancários de curto prazo	20	103.758.798	127.548.987	127.548.987
Empréstimos obrigacionistas	20	3.750.000	3.750.000	3.750.000
Outros empréstimos		124.699	124.699	124.699
Fornecedores	22	53.194.215	44.726.784	44.726.784
Outras dívidas a terceiros	23	18.629.635	15.028.865	15.028.864
Outros passivos correntes	24	15.332.711	17.926.580	19.707.382
Provisões	26	2.074.250	1.270.702	6.530.836
Instrumentos derivados	21	577.883	-	-
Total de passivos correntes		<u>197.442.191</u>	<u>210.376.617</u>	<u>217.417.553</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>364.696.434</u>	<u>377.391.303</u>	<u>386.448.545</u>

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2005.

O TÉCNICO DE CONTAS
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SALVADOR FERNANDES CAETANO – Presidente
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Vice-Presidente
TETSUO AGATA
YOSHIMASA ISHII
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
ANA MARIA MARTINS CAETANO

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZASPARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	IAS/IFRS 31-12-2005	IAS/IFRS 31-12-2004	POC 31-12-2004
Proveitos operacionais:				
Vendas	32	493.509.760	460.595.588	460.588.744
Prestações de serviços	32	39.221.051	40.368.023	40.368.023
Outros proveitos operacionais		30.703.806	26.756.921	22.460.542
Total de proveitos operacionais		<u>563.434.617</u>	<u>527.720.532</u>	<u>523.417.309</u>
Custos operacionais:				
Custo das vendas	12	402.369.407	362.316.929	362.630.761
Variação da produção	12	383.084	8.903.803	8.903.803
Fornecimentos e serviços externos		57.165.679	55.381.570	54.943.076
Custos com o pessoal	26	64.209.028	60.654.179	59.920.026
Amortizações e depreciações	8 e 9	19.841.319	20.811.091	21.550.690
Amortizações de propriedades de investimento	10	51.431	-	-
Provisões e perdas por imparidade	26	1.034.135	3.735.492	3.735.492
Outros custos operacionais		4.583.630	7.069.015	4.021.117
Total de custos operacionais		<u>549.637.713</u>	<u>518.872.079</u>	<u>515.704.965</u>
Resultados operacionais		13.796.904	8.848.453	7.712.344
Mais-valias em activos não correntes detidos para venda	34	-	7.853.120	-
Resultados relativos a empresas associadas	33	583.982	213.815	213.815
Custos financeiros	33	(7.131.789)	(9.209.440)	(10.201.353)
Proveitos financeiros	33	612.291	216.556	1.567.057
Resultados antes de impostos		7.861.388	7.922.504	(708.137)
Resultados extraordinários		-	-	9.051.796
Impostos sobre o rendimento	28	(3.273.002)	(2.454.583)	(2.507.486)
Resultado líquido consolidado do exercício		<u>4.588.386</u>	<u>5.467.921</u>	<u>5.836.173</u>
Atribuível:				
ao Grupo		4.771.339	5.008.326	5.397.398
a interesses minoritários		(182.953)	459.595	438.775
		<u>4.588.386</u>	<u>5.467.921</u>	<u>5.836.173</u>
Resultados por acção:				
Básico		0,131	0,156	0,167
Diluído		0,131	0,156	0,167

O Anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

O TÉCNICO DE CONTAS
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SALVADOR FERNANDES CAETANO – Presidente
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Vice-Presidente
TETSUO AGATA
YOSHIMASA ISHII
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
ANA MARIA MARTINS CAETANO

SALVADOR CAETANO - I.M.V.T., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Capital social	Reservas					Total de reservas	Interesses minoritários	Resultado líquido	Total
		Reservas legais	Reservas de reavaliação	Reservas de conversão cambial	Reservas de justo valor	Outras reservas				
Saldos em 1 de Janeiro de 2004	35.000.000	5.636.603	6.187.307	-	-	63.979.788	75.803.698	3.475.811	-	114.279.509
Aplicação do resultado consolidado de 2004:										
Transferência para reserva legal	-	285.000	-	-	-	(285.000)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(1.800.000)	(1.800.000)	-	-	(1.800.000)
Variação nas reservas de conversão cambial	-	-	-	56.089	-	-	56.089	-	-	56.089
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5.008.326	5.008.326
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	113.105	-	113.105
Outros	-	-	-	-	-	1.753.733	1.753.733	10.625	-	1.764.358
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	<u>35.000.000</u>	<u>5.921.603</u>	<u>6.187.307</u>	<u>56.089</u>	<u>-</u>	<u>63.648.521</u>	<u>75.813.520</u>	<u>3.599.541</u>	<u>5.008.326</u>	<u>119.421.387</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	35.000.000	5.921.603	6.187.307	56.089	-	63.648.521	75.813.520	3.599.541	5.008.326	119.421.387
Aplicação do resultado consolidado de 2004:										
Transferência para reserva legal	-	287.200	-	-	-	-	287.200	-	(287.200)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.100.000)	(2.100.000)
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	2.621.126	2.621.126	-	(2.621.126)	-
Variação nas reservas de conversão cambial	-	-	-	(387.929)	-	-	(387.929)	-	-	(387.929)
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	4.013.129	-	4.013.129	-	-	4.013.129
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	4.771.339	4.771.339
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	(182.953)	-	(182.953)
Outros	-	-	-	-	-	(1.453.794)	(1.453.794)	(178.291)	-	(1.632.085)
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	<u>35.000.000</u>	<u>6.208.803</u>	<u>6.187.307</u>	<u>(331.840)</u>	<u>4.013.129</u>	<u>64.815.853</u>	<u>80.893.252</u>	<u>3.238.297</u>	<u>4.771.339</u>	<u>123.902.888</u>

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

O TÉCNICO DE CONTAS
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SALVADOR FERNANDES CAETANO – Presidente
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Vice-Presidente
TETSUO AGATA
YOSHIMASA ISHII
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
ANA MARIA MARTINS CAETANO

Demonstração dos Resultados por Funções Consolidada

(Euros)

		Exercícios	
		2005	2004
1	Vendas e prestações de serviços	532.730.811	500.963.611
2	Custo das vendas e prestações de serviços	459.666.462	426.501.333
3	Resultados Brutos	73.064.349	74.462.278
4	Outros proveitos e ganhos operacionais	16.337.681	16.655.969
5	Custos de distribuição	48.005.564	43.401.575
6	Custos administrativos	19.838.886	14.059.713
7	Outros custos e perdas operacionais	7.761.566	18.974.738
8	Resultados Operacionais	13.796.014	14.682.221
9	Custo líquido de financiamento	6.633.036	7.320.051
10	Ganhos (perdas) em filiais e associadas	583.983	213.815
11	Ganhos (perdas) em outros investimentos	114.427	346.520
	Resultados Correntes	7.861.388	7.922.504
12	Interesses minoritários	-182.953	459.595
13	Imposto sobre o rendimento do exercício	3.273.001	2.454.583
	Resultados Líquidos	4.771.339	5.008.326
	Resultados Líquidos por acção	0,131	0,156

O TÉCNICO DE CONTAS
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SALVADOR FERNANDES CAETANO - Presidente
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Vice-Presidente
TETSUO AGATA
YOSHIMASA ISHII
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
ANA MARIA MARTINS CAETANO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(Euros)

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	2005		2004	
Recebimentos de Clientes	591.798.208		582.829.963	
Pagamentos a Fornecedores	-443.848.656		-441.684.581	
Pagamentos ao Pessoal	-46.392.648		-57.262.396	
Fluxo gerado pelas Operações		101.556.904		83.882.986
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-6.035.475		-1.158.143
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional		-56.938.745		-60.996.051
Fluxo das Actividades Operacionais		38.582.684		21.728.792

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	2005		2004	
Recebimentos provenientes de:				
Imobilizações Financeiras			4.591.104	
Imobilizações Corpóreas	14.157.513		82.956	
Juros e Proveitos Similares	147.649			
Dividendos	312.416	14.617.578	346.519	5.020.579
Pagamentos respeitantes a:				
Imobilizações Corpóreas	-13.764.429		-11.302.887	
Imobilizações Incorpóreas	-286.759	-14.051.188	-2.527.043	-13.829.930
Fluxo das Actividades de Investimento		566.390		-8.809.352

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2005		2004	
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos Obtidos	11.932.053	11.932.053	13.340.571	13.340.571
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos Obtidos	-44.209.872		-14.492.648	
Juros e Custos Similares	-6.815.341		-7.304.342	
Dividendos	-2.103.015	-53.128.228	-1.800.567	-23.597.557
Fluxo das Actividades de Financiamento		-41.196.175		-10.256.986

CAIXA E EQUIVALENTES	2005		2004	
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		18.380.359		15.717.904
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		16.333.258		18.380.359
Varição de Caixa e Seus Equivalentes		-2.047.101		2.662.455

O TÉCNICO DE CONTAS
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SALVADOR FERNANDES CAETANO – Presidente
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Vice-Presidente
TETSUO AGATA
YOSHIMASA ISHII
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
ANA MARIA MARTINS CAETANO

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

(Euros)

RUBRICAS	2005	2004
Numerário	348.950	306.230
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	15.979.348	18.016.268
Equivalentes a Caixa	4.960	57.861
Caixa e Seus Equivalentes	16.333.258	18.380.359
DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALA	16.333.258	18.380.359

O TÉCNICO DE CONTAS
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SALVADOR FERNANDES CAETANO – Presidente
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Vice-Presidente
TETSUO AGATA
YOSHIMASA ISHII
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
ANA MARIA MARTINS CAETANO

ANEXO AO BALANÇO

E

À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A. (“Salvador Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e que se insere num Grupo (“Grupo Salvador Caetano – IMVT, S.A.”), cujas Empresas exercem, sobretudo, actividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica. Adicionalmente, o Grupo exerce a actividade de tratamento de superfície que abrange a pintura industrial e a lacagem dos ramos civil e auto.

Com efeitos a partir de Maio de 2005, as funções do Departamento de Logística de peças Toyota (importação e distribuição) da “Salvador Caetano”, no âmbito de um projecto Paneuropeu da nossa representada, passou para uma empresa do Grupo Toyota, Toyota Logísticos Serviços Portugal Unipessoal, Lda, continuando a operar no nosso armazém central.

Também a partir de Julho de 2005 a representação de máquinas de movimentação de terras deixou de existir por não renovação do contrato por parte da nossa agora ex representada Liebherr.

As acções da Salvador Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde Outubro de 1987.

Em 31 de Dezembro de 2005, as principais Empresas que constituem o Grupo Salvador Caetano - IMVT, S.A., suas respectivas sedes e abreviaturas utilizadas, são como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Sede</u>
<u>Com sede em Portugal:</u>	
Salvador Caetano – IMVT, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
IPE – Indústria Produtora de Espumas, S.A. (“IPE”)	Carvalhos
Portianga, S.A. (“Portianga”)	Vila Nova de Gaia
Salvador Caetano – Aluguer de Automóveis, S.A. (“S.C. Aluguer”)	Vila Nova de Gaia
Caetanobus-Fabricação de carroçarias, S.A. (“Caetanobus”)	Vila Nova de Gaia
Salvador Caetano - Comércio de Automóveis, S.A. (“S.C. Com. Automóveis”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner SGPS, S.A. (“Auto Partner SGPS”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner-Comércio de Automóveis, S.A. (“Auto Partner”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner II-Reparadora de Colisão Automóvel, S.A. (“Auto Partner II”)	Vila Nova de Gaia
<u>Com sede noutros países:</u>	
Salvador Caetano (UK), Ltd. (“Salvador Caetano UK”)	Leicestershire (Inglaterra)
Salvador Caetano (Espanha), S.A. (Salvador Caetano Espanha”)	Madrid (Espanha)
Contrac GMBH (“Contrac”)	Wiesbaden (Alemanha)
Robert Hudson, Ltd. (“Robert Hudson”)	Luanda (Angola)
Steia – Sociedade Técnica de Equipamentos Industriais e Acessórios, S.A.R.L. (“Steia”)	Bissau (Guiné-Bissau)
Salvador Caetano (Moçambique), S.A.R.L. (“Salvador Caetano Moçambique”)	Maputo (Moçambique)
Cabo Verde Motors (“Cabo Verde Motors”)	Praia (Cabo Verde)
Salvador Caetano Coachbuilders, Ltd. (“S.C. Coachbuilders”)	Leicestershire (Inglaterra)
Reliant Coaches, Ltd. (“Reliant Coaches”)	Leicestershire (Inglaterra)
Forcabo – Veículos Automóveis, Lda. (“Forcabo”)	Praia (Cabo Verde)
Indicabo – Veículos Automóveis, Lda. (“Indicabo”)	Praia (Cabo Verde)

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita no ponto 2.2d).

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As bases de apresentação e as principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2005.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“POC”) para esse normativo é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Nos termos dessa norma os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão descritos na Nota 39, na qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 4 e 6) no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.3 j)).

2.2. Princípios de consolidação

Os princípios de consolidação utilizados pelo Grupo foram os seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou Sócios e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica “Interesses minoritários”. As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Nas situações em que os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer

prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como uma diferença de consolidação. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após confirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transacções, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica “Investimentos em empresas associadas”. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um proveito do exercício na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados relativos a empresas associadas”.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objecto de reversão (com excepção para a parcela imputável a diferenças de consolidação).

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhadas na Nota 6.

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica “Diferenças de consolidação”, e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na própria rubrica “Investimentos em empresas associadas”, e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2005 as demonstrações consolidadas anexas não incluem Diferenças de consolidação.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de Janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Outras reservas”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para Euros foram as seguintes:

Rubricas	Moeda	Câmbio Final 2005	Câmbio Histórico Médio 2005	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2004
SC (UK), Ltd.	GBP	1,46214	1,46697	1,46214	1,42120
Cabo Verde Motors, SARL	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,008847
SC Moçambique, SARL	MZM	0,000037	0,000035	0,000037	0,000032
Robert Hudson, Ltd	USD	0,84940	0,80939	0,84940	0,73560
Forcabo, Lda	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,008847
SC Coachbuilders, Ltd	GBP	1,46214	1,46697	1,46214	1,42120
Reliant Coaches, Ltd	GBP	1,46214	1,46697	1,46214	1,42120
Aplicabilidade		Contas Balanço excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2.3. Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Salvador Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras imobilizações corpóreas	5 - 11

Excepção feita às seguintes empresas:

(i) Salvador Caetano – Aluguer de Automóveis, S.A. no que diz respeito ao equipamento de transporte em que se pratica o regime de duodécimos das amortizações a partir do momento em que o bem entra em funcionamento até ao fim da sua vida útil; este tratamento diferenciado deve-se à especificidade do negócio de rent-a-car.

(ii) Salvador Caetano – Comércio de Automóveis, S.A. que a partir do exercício de 2004 começou a amortizar por duodécimos as viaturas de serviço adquiridas no ano.

O Conselho de Administração entende que estas excepções não produzem um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são transferidas para imobilizado corpóreo e amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

b) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a activos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização são registadas ao custo de aquisição.

d) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como

(ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos immobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, conseqüentemente, o custo do activo é registado no immobilizado corpóreo e as correspondentes responsabilidades são registadas como contas a pagar a fornecedores. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o immobilizado corpóreo amortizado de acordo com a vida útil dos bens.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências.

f) Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidas a fundo perdido, para financiamento de immobilizações corpóreas, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das immobilizações corpóreas subsidiadas.

g) Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos do Grupo à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para activos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

h) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 26).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

j) Instrumentos financeiros

i) Investimentos

Os investimentos detidos pelo Grupo são classificados como segue:

Investimentos detidos até à maturidade, designados como activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, e relativamente aos quais existe a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes investimentos são classificados como Activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço.

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (“Investimentos detidos para negociação”), fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos com o objectivo de obtenção de lucros no curto prazo e são classificados como Activos não correntes.

Investimentos disponíveis para venda, designados como todos os restantes investimentos que não sejam considerados como detidos até à maturidade ou mensurados ao justo valor através de resultados, sendo classificados como Activos não correntes.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago; no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data de balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação financeira.

ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflectam o seu valor presente realizável líquido.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no activo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido, e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o princípio da especialização.

iv) Contas a pagar

As contas a pagar que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

v) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos financeiros derivados (“Cash-flow hedges”) contratados pelo Grupo (essencialmente *swaps* de taxas de juro), embora tenham o objectivo específico de cobertura de riscos financeiros inerentes ao negócio (risco de variação de taxa de juro), não se enquadram totalmente nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura. Consequentemente, estes instrumentos financeiros são registados ao seu justo valor à data de balanço, sendo as variações desse justo valor reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício.

vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

k) Responsabilidades por pensões

O Grupo Salvador Caetano constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto o Grupo Salvador Caetano mantiver a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições. Estes complementos de reforma configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um Fundo de pensões autónomo.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais das responsabilidades determinados de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data de balanço representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões (Nota 25).

l) Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados no Anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

m) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. No final de cada exercício é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos registados, bem como dos não registados, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

n) Especialização de exercícios e Rédito

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

o) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, podendo, no entanto, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

p) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes, sendo incluídos nestas rubricas os activos e os passivos por impostos diferidos.

q) Saldo e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

r) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao rédito, ao nível dos segmentos de negócios identificados, é incluída na Nota 30.

s) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam àquela data (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após aquela data (“non adjusting events”), seriam divulgados neste anexo.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o exercício de 2005 alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respectiva proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, são como segue:

Empresas	Percentagem de participação efectiva		Moeda
	Dez-05	Dez-04	
Salvador Caetano - Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, SA.	Empresa Mãe		EUR
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), SA.	99,98%	99,98%	EUR
Salvador Caetano (UK), Ltd.	99,82%	99,00%	GBP
IPE - Indústria Produtora de Espumas, SA	99,98%	99,98%	EUR
Portianga - Comércio Internacional e Participações, SA	99,98%	99,98%	EUR
Salvador Caetano España, SA.	99,23%	99,23%	EUR
Cabo Verde Motors SARL	99,99%	99,99%	CVE
Salvador Caetano Moçambique, SARL	63,33%	63,33%	MZM
Robert Hudson, Ltd	99,98%	99,98%	USD
Forcabo-Veículos Automóveis, Lda	99,91%	99,89%	CVE
Salvador Caetano Aluguer Automóveis, SA	99,98%	99,98%	EUR
Salvador Caetano Coachbuilders, Ltd.	99,82%	99,00%	GBP
Reliant Coaches, Ltd.	99,82%	99,00%	GBP
Caetanobus-Fabricação de Carroçarias, SA	73,98%	73,98%	EUR
Salvador Caetano Comércio Automóveis, SA	92,89%	92,52%	EUR

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa – Nota 2.2 a)).

5. EMPRESAS DO GRUPO EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo excluídas da consolidação em 31 de Dezembro de 2005, suas sedes sociais e proporção do capital detido, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Capital Detido	
		Nominal	Efectivo
Steia - Soc. Técn. Equipam. Industriais e Acessórios, SARL	Bissau	100,00%	99,99%
Indicabo -Veículos Automóveis, Lda	Cabo Verde	100,00%	99,90%

A Steia – Sociedade Técnica de Equipamentos Industriais e Acessórios, S.A.R.L. foi excluída da consolidação, e está registada ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para fazer face ao risco de desvalorização, encontrando-se actualmente inactiva. A Indicabo – Veículos Automóveis, Lda. foi excluída por suspensão de actividade. O Conselho de Administração entende que a não consolidação destas filiais não produz um efeito relevante nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

6. EMPRESAS ASSOCIADAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pela aplicação do método da equivalência patrimonial, a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2005, são como segue:

Empresas	Percentagem de participação efectiva		Moeda
	Dez-05	Dez-04	
Contrac GMBH	33,33%	33,33%	EUR
Auto Partner SGPS, SA	46,26%	46,26%	EUR
Auto Partner-Com. Auto, SA	46,26%	46,26%	EUR
Auto Partner II, SA	46,26%	46,26%	EUR

7. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício de 2005 não ocorreram alterações no perímetro de consolidação do Grupo Salvador Caetano.

8. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Adiantamentos por c/ Imob. Incorpóreo	Total
Activo bruto:						
Saldo inicial	83.094	3.632.031	19.412	1.063.058	-	4.797.595
Adições	62.011	1.126.794	-	-	-	1.188.805
Alienações	-48.788	-	-	-19.533	-	-68.321
Transferências e abates	-24.918	-540.039	42.750	21.528	40.200	-460.479
Saldo final	71.399	4.218.786	62.162	1.065.053	40.200	5.457.600
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial	59.220	2.474.133	-	1.063.030	-	3.596.383
Amortização do exercício	-	801.161	14.248	-	-	815.409
Alienações, abates e transferências	12.179	-135.973	28.502	2.023	-	-93.269
Saldo final	71.399	3.139.321	42.750	1.065.053	-	4.318.523
Valor líquido	-	1.079.465	19.412	-	40.200	1.139.077

9. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o movimento ocorrido nas imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outras Imobilizações Corpóreas	Imobilizações em Curso	Adiantamentos p/ conta imob. Corpóreas	Total
Activo bruto:										
Saldo inicial	27.626.733	107.491.435	53.963.935	48.052.033	10.330.547	11.479.533	3.502.804	2.287.012	-	264.734.032
Adições	329.086	1.518.350	1.668.603	30.484.713	857.018	306.084	614.084	3.790.924	-	39.568.862
Alienações e abates	-97.239	-237.314	-1.961.671	-36.325.283	-566.545	-3.220.802	-46.372	-178.873	-	-42.634.099
Transferências	46.752	489.505	220.913	822.388	22.671	234.902	30.563	-120.777	395.650	2.142.567
Saldo final	27.905.332	109.261.976	53.891.780	43.033.851	10.643.691	8.799.717	4.101.079	5.778.286	395.650	263.811.362
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo inicial	-	54.981.418	36.110.258	15.003.653	9.492.044	10.224.598	2.423.571	-	-	128.235.542
Amortização do exercício	-	4.492.339	3.116.242	9.846.938	772.263	520.182	277.946	-	-	19.025.910
Alienações, abates e transferências	-	94.660	-1.669.303	-10.874.530	-534.355	-3.011.652	-44.600	-	-	-16.039.780
Saldo final	-	59.568.417	37.557.197	13.976.061	9.729.952	7.733.128	2.656.917	-	-	131.221.672
Valor líquido	27.905.332	49.693.559	16.334.583	29.057.790	913.739	1.066.589	1.444.162	5.778.286	395.650	132.589.690

10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2005 a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a activos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respectivo arrendamento. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas efectuadas por uma entidade especializada independente, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, reportadas a 31 de Dezembro de 2005, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascende a, aproximadamente, 1.900 mil Euros.

11. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	CORRENTES		NÃO CORRENTES	
	Dez-05	Dez-04	Dez-05	Dez-04
<u>Investimentos em empresas associadas</u>				
Saldo em 1 de Janeiro	-	-	2.479.739	1.042.998
Aquisições durante o exercício				1.222.926
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial ao resultado líquido do exercício (Nota 33)	-	-	583.983	213.815
Dividendos Recebidos	-	-	-266.667	-
Constituição de prestações suplementares	-	-	70.000	-
Outras regularizações	-	-	-175.354	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	2.691.701	2.479.739
<u>Investimentos disponíveis para venda</u>				
Justo valor em 1 de Janeiro	-	-	7.222.327	9.667.783
Alienações durante o exercício			-	-669.163
Regularizações durante o exercício	-	-	-	-1.790.331
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	-	5.535.350	-
Outras regularizações	-	-	17.087	14.038
Justo valor em 31 de Dezembro	-	-	12.774.764	7.222.327
<u>Investimentos detidos até à maturidade</u>				
Saldo em 1 de Janeiro	651.736	670.574	-	-
Alienações durante o exercício	-651.736	-		
Diferenças cambiais	-	-18.838	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	651.736	-	-

Os “Investimentos disponíveis para venda” incluem o montante de 11.514.419 Euros correspondente a acções de sociedades cotadas na Euronext Lisboa, estando os mesmos registados ao seu justo valor. Os restantes “Investimentos disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

O movimento ocorrido nos “Investimentos detidos até à maturidade” corresponde ao reembolso de Obrigações do Tesouro que se venceram em Julho de 2005, emitidas em 2003 pelo Estado Angolano e recebidas pela filial sediada em Angola, Robert Hudson, ao abrigo de um acordo de regularização da dívida pública celebrado com o Estado Angolano. Estas Obrigações do Tesouro forma emitidas em Kwanzas Angolanos e encontravam-se indexadas ao Dólar dos Estados Unidos, vencendo juros a uma taxa de mercado.

12. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-05	Dez-04
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	17.020.992	15.798.314
Produtos e Trabalhos em Curso	11.301.439	11.071.207
Produtos Acabados e Intermédios	9.755.843	8.795.347
Mercadorias	79.239.858	97.652.844
	117.318.132	133.317.712
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 26)	-6.634.613	-6.546.440
	110.683.519	126.771.272

O custo das vendas, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foi apurado como segue:

	Dez-05			Dez-04		
	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências Iniciais	97.652.844	15.798.314	113.451.158	85.030.243	9.812.540	94.842.783
Compras Líquidas	294.437.189	90.741.910	385.179.099	296.971.966	83.953.338	380.925.304
Existências Finais	79.239.858	17.020.992	96.260.850	97.652.844	15.798.314	113.451.158
Total	312.850.175	89.519.232	402.369.407	284.349.365	77.967.564	362.316.929

A variação da produção no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foi apurada como segue:

	Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso
	Dez-05
Existências finais	21.057.282
Regularização de existências	-807.644
Existências iniciais	19.866.554
Total	383.084

13. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ACTIVOS CORRENTES		ACTIVOS NÃO CORRENTES	
	Dez-05	Dez-04	Dez-05	Dez-04
Cientes, conta corrente	72.908.520	71.922.973	2.715.192	4.011.465
Cientes, letras a receber	271.859	137.553	-	-
Cientes cobrança duvidosa	13.743.315	12.888.228	-	-
	86.923.694	84.948.754	2.715.192	4.011.465
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 26)	-15.102.692	-14.001.997	-2.498.141	-3.569.195
	71.821.002	70.946.757	217.051	442.270

As contas a receber de clientes classificadas como activos não correntes incluem o montante de 2.498.141 Euros a receber da filial STEIA, para o qual se encontra registada uma perda por imparidade de 2.498.141 Euros.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

14. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ACTIVOS CORRENTES		ACTIVOS NÃO CORRENTES	
	Dez-05	Dez-04	Dez-05	Dez-04
Empréstimos Empresas Associadas	1.237.339	1.237.339	-	-
Outras Empresas	-	-	1.111.072	1.111.072
Adiantam. a fornecedores	363.289	164.963	-	-
Estado e outros entes públicos	4.134.681	462.133	-	-
Outros devedores	1.705.284	1.189.477	-	-
	7.440.593	3.053.912	1.111.072	1.111.072

Em 31 de Dezembro de 2005 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” inclui o montante de aproximadamente 2.167 milhares de Euros respeitante a pagamentos por conta em sede de IRC.

15. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-05	Dez-04
Acréscimos de proveitos		
Reclamações de Garantia	600.095	1.298.980
Comparticipação em Frotas e Campanhas	523.063	999.195
Rendas	141.401	336.664
Comissões	93.791	
Subsídios à formação	63.287	33.945
Outros	296.488	193.908
	1.718.125	2.862.692
Custos diferidos		
Juros	368.226	367.555
Seguros	331.550	172.055
Custos oficinais	214.911	133.572
Licenças Informaticas/Aluguer de equipamento	66.448	186.157
Garantias	10.831	
Outros	362.371	631.072
	1.354.338	1.490.411
Total	3.072.462	4.353.103

16. IMPOSTOS E IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2005, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Dez-04	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	Dez-05
<u>Impostos diferidos activos:</u>				
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.540.763	(133.040)	-	1.407.723
Prejuízos fiscais reportáveis	1.398.198	(331.952)	-	1.066.246
Responsabilidades por pensões (Nota 25)			801.899	801.899
Efeito da conversão para os IFRS:				
Anulação de imobilizações	355.481	111.191	241	466.913
Anulação de custos diferidos	65.505	45.932	-	111.437
Valorização de instrumentos derivados	-	(185.643)	221.880	36.237
	3.359.947	(493.512)	1.024.020	3.890.455
<u>Passivos por impostos diferidos :</u>				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.591.907)	83.912	-	(1.507.995)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(915.883)	99.241	-	(816.642)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(393.675)	40.576	-	(353.099)
Efeito da conversão para os IFRS:				
Imputação do justo valor de investimentos financeiros	-	-	(1.522.221)	(1.522.221)
	(2.901.465)	223.729	(1.522.221)	(4.199.957)
Efeito líquido (Nota28)		(269.783)	(498.201)	

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2005, as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados activos por impostos diferidos eram como segue:

	<u>Prejuízo fiscal</u>	<u>Impostos diferidos activos</u>	<u>Data limite de utilização</u>
Com limite de data de utilização:			
Gerados em 2000 - S.C. Com. Automóveis	75.208	20.682	2006
Gerados em 2001 - S.C. Com. Automóveis	439.197	120.779	2007
Gerados em 2002 - S.C. Com. Automóveis	776.109	213.430	2008
Gerados em 2002 - IPE	548.862	150.937	2008
Gerados em 2003 - S.C. Com. Automóveis	<u>2.037.882</u>	<u>560.418</u>	2009
	<u><u>3.877.258</u></u>	<u><u>1.066.246</u></u>	

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2005 as seguintes empresas do Grupo tinham prejuízos fiscais reportáveis os quais, numa óptica de prudência, não foram considerados no cálculo dos activos por impostos diferidos:

	<u>Prejuízo fiscal</u>	<u>Data limite de utilização</u>
Gerados em 2002:		
Portianga	1.436.402	2008
Caetanobus	2.830.892	2008
Gerados em 2003:		
Portianga	<u>73.125</u>	2009
	<u><u>4.340.419</u></u>	

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos activos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

	<u>Taxa de imposto</u>	
	<u>31.12.2005</u>	<u>31.12.2004</u>
País origem da filial:		
Portugal	27,5%	27,5%
Espanha	35,0%	35,0%
Cabo Verde	35,0%	35,0%
Inglaterra	30,0%	30,0%
Angola	35,0%	35,0%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Salvador Caetano e empresas do Grupo e Associadas sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2002 a 2005 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	Dez-05	Dez-04
Numerário	348.950	306.230
Depósitos bancários	15.979.348	18.016.268
Equivalentes a Caixa	4.960	57.861
	16.333.258	18.380.359

18. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2005 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Fogeca – Gestão e Controle (S.G.P.S.), S.A.	60%
- Toyota Motor Corporation	27%

19. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram os seguintes:

Saldo inicial em 1 de Janeiro	3.599.541
Varição resultante da variação cambial	51.109
Outros	-229.400
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	-182.953
	3.238.297

20. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	Dez-05			Dez-04		
	Corrente	Não Corrente	TOTAL	Corrente	Não Corrente	TOTAL
Empréstimos Bancários	100.926.324	30.706.403	131.632.727	123.153.193	35.411.032	158.564.225
Descobertos Bancários	2.832.474	-	2.832.474	4.395.794	-	4.395.794
Empréstimo Obrigacionista	3.750.000	3.750.000	7.500.000	3.750.000	7.500.000	11.250.000
	107.508.798	34.456.403	141.965.201	131.298.987	42.911.032	174.210.019

Do montante de 34.456.403 Euros fazem parte: 19.000.000 Euros da Salvador Caetano Aluguer que serão pagos integralmente em 31 de Agosto de 2007 e por 11.750.000 Euros da Empresa Mãe que se vence em 2007.

Em 11 de Junho de 2002 a Salvador Caetano - IMVT, S.A. contraiu um empréstimo obrigacionista no montante de 15.000.000 Euros , por um prazo de 5 anos, com um valor nominal de 10 Euros por obrigação, indexada à taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,15 pontos percentuais. Os juros vencem-se semestral e postecipadamente, vencendo-se o 1º cupão em 11 de Dezembro de 2002. O reembolso será efectuado através de 4 prestações iguais nas datas de pagamento dos 4º, 6º, 8º e 10º cupão, podendo ser efectuado o reembolso total ou parcial antecipado do seguinte modo:

- “Call Options”- a partir da 2ª data do pagamento de juros (Junho de 2003)
- “Put Options”- a partir da 6ª data de pagamento de juros (Dezembro de 2005)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pelo Grupo existentes em 31 de Dezembro de 2005, respeitam, fundamentalmente, a “swaps” contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos cujo justo valor naquela data, determinado com base em avaliações externas, ascendia a 577.883 Euros. Estes instrumentos financeiros derivados não foram considerados “de cobertura” em virtude de não cumprirem integralmente com os requisitos previstos no IAS 39.

22. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica era composta apenas por saldos correntes a pagar a fornecedores.

23. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-05	Dez-04
Estado e outros Entes Públicos:		
Retenção de impostos sobre o Rendimento	431.822	472.481
Imposto sobre o Valor Acrescentado	6.445.843	5.641.350
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (imposto estimado)	3.003.628	2.876.168
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (pagamentos por conta)	-40.000	-2.084.544
Imposto Automóvel	4.288.198	3.276.714
Direitos aduaneiros	911.765	1.043.125
Contribuições para a Segurança Social	974.112	982.131
Outros	116.217	187.141
	16.131.585	12.394.566
Accionistas	29.132	19.581
Adiantamentos de Clientes	1.058.282	1.157.680
Fornecedores de Imobilizado, conta-corrente	45.794	28.399
Outros Credores	1.364.842	1.428.639
	18.629.635	15.028.865

24. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	Dez-05	Dez-04
Acréscimos de custos		
Encargos com férias e subsídios de férias	7.416.479	7.691.710
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	1.605.637	2.346.918
Custeios antecipados	1.398.585	2.051.681
Reclamações de garantia	1.028.124	236.935
Juros a liquidar	842.487	962.857
Campanhas publicitárias e promoção vendas	784.844	1.225.755
Comissões a liquidar	404.250	
Seguros a liquidar	223.509	245.267
Outros	1.350.410	2.812.078
	<u>15.054.324</u>	<u>17.573.201</u>
Proveitos diferidos		
Juros debitados a clientes	203.002	154.640
Rappel	22.947	35.252
Subsídios para investimentos	16.977	76.859
Outros	35.463	86.628
	<u>278.388</u>	<u>353.379</u>
Total	<u>15.332.711</u>	<u>17.926.580</u>

25. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

De acordo com o estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo reportado 31 de Dezembro de 2005 as responsabilidades do mesmo ascendem a 43,5 milhões de Euros, as quais se encontram cobertas pelo valor patrimonial do Fundo (aproximadamente 38,4 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2005) e pelo valor registado na rubrica do balanço “Responsabilidades por pensões” no montante de 4,7 milhões de Euros. Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 88/90 e SuisseRe, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

Adicionalmente, durante o exercício de 2005 foi efectuada uma dotação para reforço do Fundo em apreço, que ascendeu a um montante de, aproximadamente 1.107 milhares de Euros, o qual se encontra registado na rubrica da demonstração dos resultados “Custos com pessoal”. Por outro lado o Grupo entendeu aplicar a tábua de mortalidade TV 88/90 pela primeira vez no exercício de 2005, para desta forma reflectir as responsabilidades com pressupostos mais actuais. O efeito desta alteração no montante de aproximadamente 2.915 milhares de Euros foi registado no capital próprio na rubrica “Outras reservas”, líquido do efeito do correspondente imposto diferido activo (Nota 16).

26. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foi o seguinte:

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras Regularizações	Saldos Finais
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.457.489	-	-	(15.960)	1.441.529
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	17.571.192	141.165	-488.592	377.068	17.600.833
Perdas de imparidade acumuladas em existências	6.546.440	539.940	-554.552	102.786	6.634.613
Provisões	1.270.702	1.786.405	-195.820	(787.037)	2.074.250

Dos aumentos de provisões ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o montante de 1.433.375 Euros foi registado por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados “Custos com o pessoal”, tendo o restante sido registado por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados “Provisões e perdas por imparidade”, dos quais fazem parte aproximadamente 352 mil Euros relativos a contingências fiscais.

Em 31 de Dezembro de 2005, o detalhe da rubrica “Provisões” é como se segue:

Gratificações aos colaboradores	1.433.375
Contingências fiscais	640.875

	2.074.250
	=====

27. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Grupo Salvador Caetano - IMVT, S.A. tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	Dez-05	Dez-04
Por Letras Descontadas	4.302	73.657
Por Créditos Abertos	69.300	
Por Fianças Prestadas	14.847.889	15.044.597
	14.921.491	15.118.254

Adicionalmente, a Empresa responsabilizou-se por garantias bancárias destinadas à cobertura de linhas de crédito a utilizar por algumas Empresas do Grupo, como segue:

Entidade beneficiária da Garantia	Empresa Interligada	Valor
Lloyd's Bank PLC	Salvador Caetano (UK) Ltd. Salvador Caetano Coachbuilders, Ltd. Reliant Coaches, Ltd.	£ 2.000.000
Deutsch Bank AG	Confrac, GMBH	€ 2.500.000

28. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 são detalhados como segue:

	Dez-05	Dez-04
Imposto corrente	3.003.218	2.876.168
Imposto diferido (Nota16)	269.783	(421.585)
	3.273.002	2.454.583

29. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

		Dez-05	Dez-04
Resultados	Básico	4.588.386	5.467.921
	Diluído	4.588.386	5.467.921
Número de acções		35.000.000	35.000.000
Resultados por acção (básico e diluído)		0,131	0,156

30. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:

APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS (Euros) Por Negócio Industrial e Não Industrial	Industrial		Não Industrial		Eliminações	Consolidado
	Mercado Nacional	Mercado Externo	Mercado Nacional	Mercado Externo		
RÉDITOS						
Vendas externas	94.374.981	78.546.965	526.888.000	45.112.614	-212.191.748	532.730.811
Vendas inter-segmentais						
Réditos Totais	94.374.981	78.546.965	526.888.000	45.112.614	-212.191.748	532.730.811
RESULTADOS						
Resultados segmentais e inter-segmentais	6.633.612	2.193.044	21.559.192	887.859	-569.902	30.703.806
Gastos da empresa não imputados	102.966.766	77.487.763	541.137.831	42.215.074	-214.169.720	549.637.714
Resultados Operacionais	-1.958.173	3.252.246	7.309.361	3.785.399	1.408.070	13.796.904
Custos - juros	1.791.312	2.584.087	3.417.578	1.772.546	-2.433.735	7.131.789
Proveitos - juros	66.669	79.455	2.988.359	356.917	-2.879.110	612.291
Parte de lucros líquidos em associadas					583.982	583.982
Impostos s/ os lucros	14.731	9.646	2.699.619	520.486	28.521	3.273.002
Resultados de actividades ordinárias	-3.697.547	737.968	4.180.524	1.849.284	1.518.157	4.588.386
Resultado líquido com Interesses Minoritários	-1.943.616	775.613	7.593.982	1.480.098	-3.317.692	4.588.386
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Activos do segmento	139.546.664	29.724.348	177.094.261	19.124.810	-105.467.821	260.022.263
Investimento em Associadas					2.691.701	2.691.701
Activos da empresa não imputados	49.218.015	12.355.112	91.780.243	20.209.002	-71.579.902	101.982.470
Activos totais consolidados	188.764.679	42.079.460	268.874.504	39.333.813	-174.356.022	364.696.434
Passivo da empresa não imputados	105.661.961	25.099.589	170.803.972	23.084.266	-83.856.242	240.793.546
Passivos totais consolidados	105.661.961	25.099.589	170.803.972	23.084.266	-83.856.242	240.793.546
Dispêndios de capital fixo	7.681.137	287.758	8.899.380	302.557	-1.236.333	15.934.498
Depreciações	11.997.283	369.323	8.454.306	662.508	-1.590.669	19.892.750

O segmento industrial inclui a actividade de fabricação de carroçarias e a unidade de tratamento de superfície e pintura industrial desenvolvida nas instalações do Carregado, bem como as operações de aluguer de automóveis sem condutor, tendo em conta o Decreto Lei nº 28/74 de 31 de Janeiro que assim considera aquele regime de exploração.

No segmento não industrial encontra-se essencialmente reflectida a actividade de importação, distribuição e comercialização de viaturas automóveis e peças.

31. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 Dezembro de 2005 e 2004, o número médio de pessoal foi o seguinte:

Pessoal	Dez-05	Dez-04
	Empregados	1.751
Assalariados	1.270	1.523
	3.021	3.186

32. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ACTIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foi como segue:

Mercado	Dez-05		Dez-04	
	Valor	%	Valor	%
Nacional	432.495.065	81,18%	390.288.305	77,91%
Alemanha	23.039.205	4,32%	22.316.749	4,45%
Reino Unido	21.184.187	3,98%	26.991.198	5,39%
Espanha	2.703.049	0,51%	4.758.649	0,95%
Palop's	27.027.728	5,07%	20.666.858	4,13%
Outros Mercados	26.281.577	4,93%	35.935.008	7,17%
	532.730.811	100,00%	500.956.767	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por actividade é como segue:

Actividade	Dez-05		Dez-04	
	Valor	%	Valor	%
Veículos	428.957.127	80,52%	386.863.101	77,22%
Peças	56.073.767	10,53%	51.421.188	10,26%
Reparações	17.214.464	3,23%	40.368.023	8,06%
Outros	30.485.453	5,72%	22.304.455	4,45%
	532.730.811	100,00%	500.956.767	100,00%

33. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	Dez' 05	Dez'04
Juros Suportados	6.399.189	7.351.659
Provisões para Aplicações financeiras	-	679.259
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-2.441	685.012
Descontos de pronto pagamento concedidos	2.438	-8.942
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	25.429	-
Perdas relativas a empresas associadas	23.441	44.863
Outros custos e perdas financeiros	707.173	502.452
Resultados financeiros	-5.935.516	-8.779.069
	1.219.713	475.234

Proveitos e Ganhos	Dez' 05	Dez'04
Juros Obtidos	560.484	400.526
Rendimentos de Imóveis	28.899	-
Ganhos de Participações de capital relativamente a associadas	607.423	258.678
Diferenças de Câmbio Favoráveis	-	127.426
Descontos de Pronto-Pagamento Obtidos	-	14.218
Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	-	152
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	22.907	-325.766
	1.219.713	475.234

34. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2004 a rubrica da demonstração dos resultados “Mais-valias em activos não correntes detidos para venda” dizia respeito a uma mais-valia gerada com a alienação do imóvel de Cabo Ruivo no montante de, aproximadamente, 7.853 mil Euros.

35. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Liquidações de Impostos:

Face às decisões favoráveis obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995 e 1996, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 recuperou-se uma parte dos valores reclamados, aproximadamente 85 mil Euros, esperando-se para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros compensatórios.

Simultaneamente, em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, encontram-se reclamadas as notas de liquidação adicionais em sede de IRC, ainda que pagas, e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, no valor de Euros 1.769.511, dado a Empresa entender existirem razões legais válidas para estas contestações. Face a decisão favorável da reclamação graciosa sobre matéria relativa a Despesas de Investigação e Desenvolvimento recebeu-se no período findo em 31 de Dezembro de 2005 aproximadamente 199 mil Euros.

Em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 2001 e 2002 esperam-se correcções em sede de IRC no valor aproximadamente de 352 mil Euros, incluindo juros compensatórios, para os quais foi constituída uma provisão (Nota 26).

36. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais na empresa Mãe, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram como segue:

Orgãos Sociais	Dez-05	Dez-04
Conselho de Administração	428.776	777.750
Fiscal Único	65.000	89.220
	493.776	866.970

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 4 de Abril de 2006.

38. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

O Grupo adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

39. PRIMEIRA APLICAÇÃO DOS “INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS”

O Grupo Salvador Caetano adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) em 2005, aplicando para o efeito o “IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards”, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, 1 de Janeiro de 2004.

O efeito, nos capitais próprios em 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“POC”) para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor em 1 de Janeiro de 2005 pode ser detalhado como segue:

	1.01.2004	31.12.04
Capitais próprios POC	114.638.019	119.331.180
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS		
Anulação de custos diferidos	-173.694	-157.432
Anulação de intangíveis e imobilizações corpóreas não capitalizáveis	-1.126.196	-1.111.047
Antecipação de gratificações aos colaboradores	-563.000	-783.575
Anulação de diferenças de consolidação	-1.821.600	-1.457.280
Outros	-149.830	-
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	-3.834.320	-3.509.334
Capitais próprios IFRS	110.803.699	115.821.846

O detalhe dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 na conversão das demonstrações financeiras para as Normas Internacionais de Relato Financeiro pode ser resumido como segue:

	31.12.04
Resultado líquido consolidado POC	<u>5.397.398</u>
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	
Anulação de custos diferidos	16.263
Anulação de intangíveis e imobilizações corpóreas não capitalizáveis (efeitos líquidos de amortizações)	13.920
Antecipação de gratificações aos colaboradores	-783.575
Anulação das amortizações de diferenças de consolidação	<u>364.320</u>
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	<u>-389.072</u>
Resultado líquido consolidado IFRS	<u><u>5.008.326</u></u>

Os principais impactos da mudança para IFRS prendem-se com as seguintes situações:

- As diferenças de consolidação foram anuladas e reconhecidas directamente em capitais próprios;
- Determinados activos intangíveis e alguns elementos do imobilizado corpóreo (despesas de constituição, investigação e desenvolvimento, publicidade, manutenção e reparação) passam a ser reconhecidos em resultados no momento em que o custo é incorrido, em detrimento da sua capitalização ou diferimento;
- Passou a ser reconhecida como custo a distribuição dos resultados aos colaboradores no exercício imediatamente anterior ao da sua distribuição, em virtude de tal procedimento constituir uma “obrigação construtiva”.

40. VEICULOS EM FIM DE VIDA

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Salvador Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.